

Lei Diretrizes Orçamentária Anual de 2026

Ata da Audiência Pública Conjunta da Câmara Municipal de Vereadores e da Prefeitura Municipal de Campo Alegre para apreciação e discussão do Projeto de Lei nº 028/2025, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual de 2026, realizada no dia 28 de agosto de 2025. Aos vinte e oito dias do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco, sendo pelas 11h16min (onze horas e dezesseis minutos), reuniram-se: a senhora vereadora Valdilene Santos Simplício e o senhor vereador Alan Ferreira de Oliveira Gomes, sob a presidência do senhor vereador José Correia de Araújo Santos. Compareceram os demais vereadores: Arquelino Cezar da Conceição, Gilberto Correia dos Santos, Jeane Santos Nascimento, Kellyn Rafaella Gomes Guimarães e José Antônio Ferreira da Silva, em anexo a lista das demais pessoas presentes. Em seguida o senhor presidente deu por aberta a presente audiência pública, e passou a palavra à senhora Maria Augusta dos Santos, assessora de contabilidade, para fazer a apresentação dos seguintes temas: Cenário Macro Econômico, Instrumentos de Planejamento, Elaboração da LDO, Metas Fiscais Anuais e Riscos Fiscais. A proposta da Lei da Diretrizes Orçamentária - LDO 2025, tem por objetivo fixar o planejamento fiscal, metas fiscais e diretrizes para determinar as bases da Lei Orçamentária anual - LOA 2026. Em seguida o senhor presidente concedeu a palavra aos senhores vereadores e senhoras vereadoras e aos demais que fazem parte da comissão da assessoria. Usou da palavra o senhor vereador Gilberto Correia dos Santos, alegando que já participou de várias apresentações da LDO, da LOA, da Lei Orçamentária Anual, mas essa questão da contabilidade é muito complexa. Tem o conhecimento, de fato, como a mesma disse, que os cálculos de base para o novo orçamento é o IPCA, a questão do IPCA, para o orçamento futuro também. O IPCA, a base de cálculo, é o histórico também do ano do orçamento anterior, dos dois anos anteriores, variação também, a questão do PIB, da arrecadação. Porque nós tivemos um ano, na legislatura passada, inclusive, tivemos um ano, não me falha a memória, foi 21, 22, 23 ou 24, foi um desses aí que nós tivemos uma perda de receita, de um ano para o outro. Eu acredito que em torno aí, aproximadamente, de 10 milhões a menos. Aí é onde eu vou fazer a pergunta a você. Se nessa altura, nós estamos já no final de agosto, nessas bases de cálculo, nas estimativas que você já tem para a próxima receita, para o próximo



orçamento de 2026, se essa altura já dá para prever, de fato, um percentual, de melhoras para o ano de 2026 no orçamento? Se existe já essa altura, com esses cálculos, com essas bases aí, dos cálculos de vocês, tendo em vista que nós estamos ainda no mês 8, se já existe uma previsão, de fato, de um percentual, digamos assim, próximo ano de 2026, a previsão hoje, acredita-se que é um aumento de uma arrecadação, eu acho que um superávit de 2 milhões, mas eu não entendi bem se é mensal, se é para o anual, que se for 12 milhões é um valor, talvez, insignificante. Aí eu pergunto a você, já existe, de fato, um percentual de melhorias para a receita de 2026, e quanto seria esse percentual, e se existe ou não, se poderemos ter também uma perda de arrecadação para o ano de 2026?. Logo após a contadora Maria Augusta, respondeu a pergunta do senhor vereador Gilberto Correia dos Santos, alegando que, da perda que existiu teve relação com o FPM, pela queda da população. Campo Alegre foi um dos municípios que mais tiveram população reduzida. Isso impactou no cálculo do nosso coeficiente do fundo de participação, em relação à previsão da receita, o que é que a gente visualiza? O orçamento de 2025, um exemplo, ele foi em torno de 335 milhões. Então, nós temos uma perspectiva para 2026 de 396 milhões. E que a gente já consegue visualizar um aumento em relação à previsão de receita, porque o orçamento, ele é receita prevista, despesa fixada. E no caso da LDL, até o momento, a gente trabalha previsão de receita, e essa previsão, ela é base realmente para o orçamento, ela é positiva. Só que aí a gente não leva em consideração apenas receitas correntes, a gente tem as receitas de capital. E tem aí possibilidades de convênios, contratos de repasse, que vai trazer esse nível de detalhamento no orçamento. Quando a gente estiver tratando da Lei Orçamentária Anual, a gente faz uma revisão da LDO, que é daqui há um mês, um mês e meio, a gente vai estar revisando as expectativas de mercado. Que essas expectativas de mercado, elas estão, como eu disse, esse dado aqui, esse boletim, ele é do Banco Central do Brasil. Então, é uma perspectiva muito real, é um cenário real de mercado, e a gente, de fato, se apega. O PIB, a tendência, é ele diminuir e não aumentar, e isso não é tão positivo. Então, o IPCA, que é a nossa inflação, também tende a diminuir. E a perspectiva para 2026 é reduzir. Pode acontecer fenômenos aí, inesperados no mercado, e isso tudo pode mudar. Mas, tanto a lei de diretrizes orçamentárias, quanto a própria lei orçamentária, são peças flexíveis. Nós estamos falando de planejamento. Então, pode ser alterado de acordo com o cenário. Mas, por hora, quando a gente compara orçamento LDO 25 com LDO 26, a gente entende um



crescimento. Então, existe uma previsão, realmente, que a nossa receita, ela aumente. Por hora, está tudo dentro do esperado. Usou da palavra a senhora vereadora Kellyn Rafaella Gomes Guimarães, alegando que é muito importante, nesse processo de discussão, quando se trata das metas da LDO, e o que me chama mais atenção ainda, é saber da importância da LOA, que é para um ano. E essa discussão, claro, eu não sou técnica, mas para nós que vivemos aqui na realidade, e vemos criação de projetos com recursos municipais, que são muito importantes na realidade do nosso município, e quando isso vai para a prática, existe toda uma preparação técnica antes, para que isso possa ser realmente efetivado. O vereador colocou aqui um questionamento. Uma dúvida que foi bastante esclarecida. Mas eu queria também ressaltar, com quase nenhum conhecimento, mas com você, para que a gente possa ter essa troca, quando você colocou desses riscos fiscais. O município de Campo Alegre, hoje, ele avançou muito, com vários programas municipais. Sem tirar esses riscos que foram apresentados aqui, que nós sabemos que é possível, que já aconteceu. E uma perda lá atrás, jamais pode ser comparada com o que está agora. Porque, quando se trata do financeiro, é muito complicado. Até quando você inicia e encerra em dezembro, sem poder anteceder mais nada, adiar mais nada. Então, é importante, que seria até bem mais claro que a população pudesse participar aqui, que isso fosse de uma forma mais descentralizada. Porque, muitas vezes, a gente fala uma coisa, até aqui mesmo, na Câmara de Vereadores, que foge da realidade de vocês, que estão ali, que precisam, de forma documentada, legal, e o Executivo venha fazer com que a população seja atendida. Na parte, está aqui a Secretária de Finanças, que sabe o quanto é difícil para ela manter tudo isso, conseguir executar todo o processo do município de forma legal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. E, muitas vezes, isso é trazido para cá com exigências que chegam a ser impossíveis. Então, tratar dessas metas é importante. Mas, aínda é ano que vem, porque, quando se trata das esferas onde a realidade é fato, não tem como correr, muitas vezes, nós não recebemos nada do federal, nem do estadual, complicando demais, fazendo com que o município tenha que fazer milagres para administrar, trazendo uma responsabilidade para cá, para o município, onde tudo acontece. Então, é importante discutir mesmo isso e, para que, na prática, nós possamos entender, trazer discussões mais claras, sem devidas cobranças, onde nós sabemos da realidade, onde o município hoje consegue gerir com recursos próprios, com emendas parlamentares, feito em cima de uma meta de um trabalho técnico, mas que,



para executar, não é fácil. Então, é importante deixar claro e parabenizar a participação deles. Dizer que é muito fácil, muitas vezes, a gente cobrar e exigir. E, quando chega aqui, diante do fato apresentado, a gente vê que a realidade é outra, porque existe a receita e existem as despesas, para administrar, não é fácil. Parabenizou o executivo, que vem fazendo de forma milagrosa mesmo, com que esses serviços sejam realizados para quem mais precisa. Porque aqui é uma conversa técnica, complicada e difícil para quem entende, mas, para quem está na base, não quer saber. Queria que os outros da oposição pudessem estar aqui e entender disso. E que bom que ele perguntou e saiu por satisfeito, porque a realidade, na prática, é outra. Então, parabéns a todos que fazem parte da Finança, a secretária Maraísa, que vem brilhantemente fazendo um grande trabalho, a gestão Pauline Pereira, e todos que fazem parte da construção do processo desse município. Usou da palavra o senhor presidente, agradecendo a contadora Maria Augusta, a Luana Géssanny, controladora, e a Isabela. E também registrar a presença da secretária Maraysa, do Murilo, da equipe da Secretaria de Finanças, e dizer que a cada audiência, nós vereadores e também quem possa acompanhar essa live, tem interesse, de aprendemos mais um pouco, porque o texto da LDO, ela chega a esta casa e muitas vezes a população, essa dificilmente tem alguém que entenda, compreenda como aquilo é feito. E nós vereadores também passamos um bom tempo sem saber de que modo, baseado em que se chega aqueles números, aquele texto. E cada audiência tem se vindo com a didática boa, bem explicativa, a pergunta do vereador. E muitas vezes na apresentação, não ficamos tão atentos porque são coisas técnicas e é difícil lhe prender. Mas como você colocou, nós precisamos registrar aqui o seguinte, foi feito uma alteração na lei orgânica para mudar os prazos de envio das leis orçamentárias. E nós vemos neste momento que há um ganho e um objetivo de porquê mudar. Porque como o prazo veio da LDO para 30 de agosto, que é o dia de hoje, nós temos que fazer uma alteração na lei orgânica, para mudar os prazos de envio das leis orçamentárias. Mudou-se porquê? Porque como o prazo veio da LDO para 30 de agosto, que é o dia de hoje, era de 15 de abril, então se ganhou aí mais de quatro meses para que ela saia mais próxima da realidade, da perspectiva de arrecadação, da estimativa da receita. E como você colocou os dois tipos de receitas, tanto a nominal como a de capital, a de capital ela depende da questão de convênios, de programas, de emendas, de uma série de coisas, que muitas vezes essas são frustradas. Há uma previsão, mas determinado para aquele ano e às vezes não acontece



aquela liberação naquele exercício financeiro. Então é necessário que se entenda. Aí como nós vimos também, que é interessante, nós vamos realizar em breve a audiência das metas fiscais. E lá é o quê? O resultado nominal e primário. E como, baseado em quê? Muitas vezes a gente fica se perguntando, de quê? Está se apresentando isso que cumpriu, mas ficou bem claro na apresentação de que está lá a previsão dos 12 milhões para o superávit, o resultado primário, e também uma perspectiva, um compromisso, é um compromisso que está se firmando na questão da redução da dívida de 9 milhões, que é o resultado nominal. É necessário que se entenda também que o recurso da emenda, quando vem, é mais aínda, destinado para tal finalidade que não pode ser usado em outra situação. E também de que o plano plurianual, ele já traçou, então ele já delimita, regula. Regula de como vai ser construída a LDO, as leis orçamentárias e tudo mais. Agradeceu mais uma vez, por aqui estar aprendendo um pouquinho e também contribuindo de uma maneira clara. Sabemos que existe oposição e situação, mas o conjunto do todo, que faz com que aprovemos as legislações, principalmente as leis orçamentárias e possamos, assim, contribuir, dando os instrumentos, legais para que a prefeita Pauline Pereira, a Secretaria de Finanças e todas as demais secretarias possam, assim, executar as políticas públicas em favor do povo. Logo após a contadora Maria Augusta, fez a considerações finais, agradecendo também a escuta dos senhores vereadores, que é muito importante. Dizer ao presidente que ficou muito feliz com a fala. E percebo realmente que a cada audiência, as perguntas de vocês vão ficando mais técnicas. Isso é bom, isso é positivo. Mas é isso, agradecer realmente a vocês o espaço, a escuta, que é muito importante. E estamos à disposição de vocês, para qualquer dúvida, a gente poder sanar. Em seguida o senhor presidente alegou que estão cumprindo os prazos, que é muito importante, que há muito tempo se lutou e não conseguiam realizar dentro do prazo. Não havendo mais quem fizesse uso da palavra, considero a presente audiência pública para a apresentação da Lei de Diretriz Orçamentária, LDO, para o exercício financeiro de 2026, encerrada. Do que para constar, eu Josefa Matias dos Santos, redatora e ata, lavrei a presente. Campo Alegre, vinte e oito de agosto de dois mil e vinte e cinco.



Câmara Municipal de Campo Alegre Estado de Alagoas

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA DA CÂMARA DE VEREADORES E DA PREFEITURA PARA A APRECIAÇÃO E DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI-Nº- 028/2025 QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2026

AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO DIA 28 DE AGOSTO DE 2025.

RELAÇÃO DAS PESSOAS PRESENTES:

Rume consin de situe sontes Landierre sontes son sontes Landierre sontes de situe sontes Landierre sontes de situe sontes Landierre sontes de sontes Landierre sontes de sontes Landierre sontes de sontes Landierre sontes
OCUPAÇÃO Controlorea gral Vercatorea Vercatorea Vercatorea Vercatorea Vercatorea Vercatorea Vercatorea
ASSINATURA